

Safrá 2008/09 II

## O ciclo do crédito e da dívida

A HISTÓRIA das políticas agrícolas do Brasil, durante a segunda metade do século 20, é rica e fascinante. Nos anos cinquenta, o grande esforço do governo era para evitar crises de abastecimento do mercado interno, com a exportação concentrada no café.

Já na década de sessenta, o setor exportador tomou impulso com a política de crédito rural subsidiado. A soja mudou o retrato do campo. Esse processo se manteve na década de 1970 pelas condições favoráveis do mercado externo em termos de preços, com aumento nas exportações.

No entanto, a partir de 1979, esse quadro teve ruptura, em função dos desequilíbrios macroeconômicos. Com a disparada da inflação, a contenção de gastos do governo afetou a política de crédito rural.

Assim, na década de 1980, a Política de Garantia de Preços Mínimos passa a ser a grande política de financiamento agrícola. Apesar da crise, a agricultura brasileira aumentou a produtividade e a produção. Uma resposta aos estímulos governamentais em tecnologia, infra-estrutura e em pesquisa agrônoma.

Mas, nos anos noventa, o governo não

tinha condições de manter os subsídios ao crédito rural e a garantia de preços mínimos. Mesmo com sérios obstáculos, a agricultura brasileira cresceu por meio de formas alternativas de financiamento, como a equivalência-produto e as operações de mercado futuro.

Embora complete as necessidades de determinados produtos, agricultores e regiões não adequadamente atendidos, o crédito rural não será mais o esteio da política agrícola governamental. A atividade agrícola brasileira defronta-se com múltiplos problemas, dados a sua diversidade regional e diferentes estágios de desenvolvimento dos produtores.

No mundo do agronegócio e suas cadeias produtivas, a agenda da política agrícola para o século 21 revelava o esgotamento dos instrumentos tradicionais da política agrícola, como crédito rural e preços mínimos. Sem instrumentos anticíclicos, como o seguro rural, a questão do endividamento fica perene. As intervenções mais tempestivas nos mercados agrícolas estimularam o desenvolvimento dos instrumentos de financiamento à produção e à comercialização agrícola.

No contexto da economia mundial, a reformulação da política agrícola passa pelo exame dos acordos firmados no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Como está também voltado para o mercado internacional, o agronegócio necessita de infra-estrutura, pesquisas e desenvolvimento da produção, sanidade, boas práticas agrícolas, certificações etc. Na aplicação do conceito da sustentabilidade, a incorporação do zoneamento econômico ecológico é indispensável para orientar a ocupação do espaço rural. ■

### Reforma na política agrícola

As sucessivas renegociações das dívidas e o risco das atividades rurais parecem estar perto do ponto de saturação. Governo, produtores e bancos estudam e colhem sugestões para reformular o sistema nacional de crédito.

O processo de renovação está dividido em duas partes:

1º Medidas emergenciais para a próxima safra 2008/09, a iniciar-se em junho próximo;

2º Período de transição para o novo sistema até 2011.

O objetivo é criar diretrizes para:

- Melhorar a gestão do risco rural;
- Elevar o volume de recursos públicos e privados para financiar a produção e os investimentos
- Garantir renda estável ao produtor;
- Evitar pressões nos preços ao consumidor.

Entre os problemas alinhados constam a tributação indireta elevada sobre produ-

tos agropecuários, o agravamento da sonegação e a necessidade de formalização contábil e transparência patrimonial.

Principais sugestões:

1. Criação da firma agrícola (pessoa jurídica);
2. Reduzir a tributação no Imposto de Renda da firma agrícola;
3. Redução de impostos indiretos (ICMS, PIS-Cofins etc.);
4. Financiamento integrado com central de registro;
5. Cadastro único;
6. Sistema para cruzamento das informações;
7. Fundo público para as carteiras de crédito;
8. Subsídios a seguro e hedge;
9. Menos subsídio para o crédito;
10. Unificação dos instrumentos na Conab para lastrear recebíveis, como CDB;
11. Instrumentos por cadeia produtiva
12. Negociações de dívidas com detalhes contábeis e financeiros.